

ATA N.º 1.318/2026. SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES “JEOVANI PAULO” DE HUMAITÁ-RS, no dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal os seguintes Vereadores(a): ANITA MARIA SCHNEIDER LUDWIG, DECIO FRANCISCO PETRY, DJENIFER KIRCH KIPPER, FERNANDO INACIO GATTERMANN, JORGE DE LIMA, JOSE MAURI CHASSOT, MAURÍCIO CARDOSO, NERI MODESTO e ROZINALDO B. BONES DOS SANTOS. Sob a coordenação do Presidente Sr. JORGE LUIS DE LIMA e do Secretário Vereador NERI MODESTO, em nome de Deus foi declarada aberta a Sessão às 20 horas. Inicialmente o Presidente convidou aos presentes para juntos fazer um minuto de silêncio pelo falecimento de MARIA JULIA MELO, JOSÉ ADEMAR SIMON, DILCE DIESEL LOUZADA, HELY HORN, ROMI HENTGES CARDOSO, MAURO HEINSCH, MILTON MARCOS ODY, PLINIO SCHUSTER e FRANCISCO DARCI MALLMANN. Prosseguindo o Presidente se manifestou sobre a condução dos trabalhos do Poder Legislativo durante o ano de 2026 e em seguida foi colocado em discussão a Ata da Sessão Extraordinária n.º 1317/2026, o Vereador MAURICIO, solicitou a correção de seu nome, portanto, na primeira página onde contava: “MAURICIO CARESOSO”, o correto seria “MAURICIO CARDOSO”. Ninguém mais se manifestando foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade passou-se a Leitura das Matérias do Expediente: Projeto de Lei n.º 03/2026; Projeto de Lei n.º 06/2026; Projeto de Lei n.º 07/2026; Projeto de Lei n.º 08/2026; Projeto de Lei n.º 09/2026; Projeto de Lei n.º 010/2026; Projeto de Lei n.º 011/2026; Projeto de Lei n.º 012/2026; Projeto de Lei n.º 013/2026; Projeto de Lei n.º 014/2026; Projeto de Lei n.º 015/2026; Projeto de Lei n.º 016/2026; Projeto de Lei n.º 017/2026; Projeto de Lei n.º 018/2026; Projeto de Lei n.º 019/2026; Projeto de Lei n.º 020/2026; Projeto de Lei n.º 021/2026; Projeto de Lei n.º 022/2026; Projeto de Lei n.º 023/2026; Projeto de Lei n.º 024/2026; Projeto de Lei n.º 025/2026; Projeto de Lei n.º 026/2026; Projeto de Lei n.º 027/2026; Projeto de Lei n.º 028/2026; Projeto de Lei n.º 029/2026; Projeto de Lei n.º 030/2026; Projeto de Lei n.º 031/2026; Projeto de Lei n.º 032/2026; Projeto de Lei n.º 033/2026; Parecer prévio o TCE referente as Contas do Poder Executivo do ano de 2023; Proposição n.º 01/2026, e; Proposição n.º 02/2026. Passando ao PEQUENO EXPEDIENTE, ninguém se manifestando, passou-se ao GRANDE EXPEDIENTE, o Vereador DECIO, após saudações falou da importância da participação popular nas Sessões, as quais seriam transmitidas pelo Facebook. Destacou alguns problemas do município, entre eles falou sobre a empresa responsável pelo abastecimento de água, a Corsan, mencionando aumento significativo nas tarifas e vazamentos que permaneciam há meses sem conserto, cobrando providências do prefeito. Falou sobre as más condições das estradas do interior, relatando trechos intransitáveis que prejudicavam moradores e produtores rurais, inclusive com risco de interrupção na coleta de leite. Pediu ações urgentes, como colocação de cascalho e melhor manutenção, além de cobrar a chegada do caminhão já aprovado anteriormente. Na área da saúde, salientou o transporte inadequado de pacientes em veículos velhos, sem ar-condicionado e até sem cinto de segurança, sugerindo possível favorecimento irregular e até a abertura de CPI. Questionou a prioridade na compra de ambulância em vez de vans, que seriam mais necessárias e utilizadas com mais frequência. Relatou falta de materiais básicos, tanto nos postos de saúde quanto na própria prefeitura. Disse que havia desorganização administrativa, excesso de reclamações e possível perseguição política, reforçando que a gestão pública devia atender toda a comunidade, não apenas grupos específicos, e que a campanha eleitoral já terminou. A Vereadora DJENIFER, após cumprimentos destacou como uma conquista a transmissão das Sessões pelo Facebook e YouTube, ressaltando a importância da transparência e da participação popular. Falou da preocupação com a ausência de projetos voltados ao Hospital Adesco, cobrando do Executivo o repasse do auxílio

financeiro para o pagamento do 13º salário, prática realizada em anos anteriores, mas não cumprida no último ano. Questionou também o destino de uma emenda de cem mil reais destinada ao hospital que não teria sido repassada. Pediu agilidade na formalização de convênio para utilização do novo aparelho de ultrassom, o que reduziria custos e evitaria deslocamentos de pacientes para outras cidades. Solicitou ainda o repasse de recursos já destinados à APAE, que seguiam sem projeto encaminhado à Câmara para liberação. Sobre os projetos em pauta, salientou o grande número de contratações emergenciais, especialmente a contratação de até dezesseis monitores apenas com exigência de ensino médio, defendendo maior qualificação para quem trabalha com crianças. Também questionou a criação de cargos e o modelo do Vale Alimentação, que previa desconto de dez por cento do servidor, reduzindo o valor líquido do benefício. Falou sobre aumentos salariais pontuais para alguns cargos específicos, que eram considerados privilégios, enquanto outras categorias não eram valorizadas. Falou da importância do município priorizar o desenvolvimento econômico, investimentos em infraestrutura e apoio a empresas e agricultores, em vez de ampliar a máquina pública sem planejamento. O Vereador MAURICIO, após cumprimentos deixou seu agradecimento especialmente ao presidente da Câmara pela implantação da transmissão das Sessões via Facebook e YouTube, destacando que foi uma reivindicação de cinco anos e representava mais transparência para a população, sugerindo que as Sessões voltassem a ser transmitidas por rádio, preferencialmente pela Rádio Uruguai, para ampliar o acesso. Reforçou as cobranças relacionadas ao Hospital Adesco, criticando o não repasse do auxílio para pagamento do 13º salário e a falta de encaminhamento de emenda destinada ao hospital. Citou ainda uma emenda de bancada para compra de um veículo com acessibilidade que, segundo ele, ainda não foi adquirida, pedindo providências ao Executivo. Falou da preocupação com diversos projetos de contratações emergenciais, levantando dúvidas sobre possíveis vínculos políticos e a ausência de exigências mínimas de qualificação para os cargos, demonstrando receio quanto à forma como essas admissões estariam sendo conduzidas. O Vereador FERNANDO, após saudações falou sobre a Sessão Extraordinária realizada no fim de janeiro, destacando a aprovação do reajuste salarial aos servidores, que foi um pouco acima do básico em comparação com municípios da região. Ressaltou a compra de áreas com recursos próprios do município, incluindo terrenos para futura ampliação da Creche Nossa Senhora Aparecida, além de investimentos em ampliação de salas escolares. Relatou sobre recursos que teria buscado junto a governos Estadual e federal, citando alguns. Salientou a aprovação para compra de duas vans, sendo uma com acessibilidade e a retomada do projeto para compra de um caminhão, o qual não teria sido concluído antes por questões burocráticas, bem como a utilização de sobras de recursos estaduais e federais, através de superávit que precisavam ser reaprovadas para uso. Sobre o Hospital, esclareceu que o recurso de cem mil reais citado anteriormente não teria vindo especificamente destinado à instituição, esclarecendo que a questão do 13º salário era outro tema e que havia acordo para cumprimento do que foi combinado com a Diretoria do Hospital. Disse que havia previsão de chegada de novos veículos e recursos, especialmente para a saúde e medicamentos, reconhecendo que no início do ano havia mais demandas. Destacou que a bancada possuía emendas impositivas destinadas ao Hospital e à APAE, reforçando que seguiam buscando recursos para atender a comunidade. O Vereador JORGE, informou que seria breve devido à grande quantidade de projetos em votação na Sessão. Parabenizou a Granja CHRISTOFF, da Linha Fungueto, pelo destaque na suinocultura, conquistando o primeiro lugar na categoria “creche” pelo terceiro ano consecutivo, em premiação realizada pelo Frigorífico Estrela, na cidade de Ijuí, no dia 22 de janeiro. Disse que o reconhecimento valorizava não apenas a granja Chistoff, mas todos os suinocultores do município, ressaltando o empenho e dedicação da categoria independentemente das dificuldades. Passando a

ORDEM DO DIA, em discussão o Projeto de Lei nº 003/2026 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder na contratação emergencial de até 02 (dois) professores de português para atuação junto à administração municipal. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei nº 006/2026 - Dispõe sobre a concessão de Auxílio Alimentação como incentivo assiduidade aos Servidores Públicos Municipais ativos e dá outras providências. A Vereadora ANITA, após os cumprimentos destacou a importância da participação da comunidade no acompanhamento do uso do dinheiro público. Falou sobre o Projeto 06, que tratava da concessão de auxílio-alimentação aos servidores municipais, dizendo que considerava a proposta positiva e aguardada há anos, ressaltando que o valor de trezentos reais, reduzido para duzentos e setenta reais após desconto de dez por cento, ajudaria a complementar a renda diante da defasagem salarial. Destacou também que o benefício valorizava e motivava os servidores, além de contribuir para sua saúde e bem-estar. No entanto, criticou ao projeto por não contemplar todos os servidores de forma igual, especialmente os profissionais da educação, citando o valor recebido por eles. Disse que considerava isso injusto e lamentava a desvalorização da categoria. Defendeu que o projeto fosse reavaliado para corrigir essas desigualdades e reforçou a necessidade de salários mais justos, principalmente para evitar a perda de profissionais da educação para outros municípios. O Vereador DECIO, falou sobre o projeto apresentando diversas críticas ao mesmo e afirmando que o que deveria ser um benefício ao funcionalismo acabava prejudicando especialmente a categoria do magistério. Apontou incoerências na proposta, principalmente ao vincular o vale à “assiduidade”, argumentando que o benefício, da forma como estaria, não incentivava a presença, pois qualquer afastamento por doença, mesmo de poucos dias, poderia levar à perda total do valor, o que considerava injusto. Defendeu que o pagamento fosse feito por dia trabalhado e em dinheiro, e não por meio de cartão eletrônico. Demonstrou preocupação com diversos pontos como uso de cartão e possíveis limitações de empresas credenciadas, perda do benefício em casos de afastamentos prolongados para tratamento de saúde, as quais poderiam ser necessárias e não dependiam da vontade do servidor. Apontou erro material no texto do projeto, referência a um inciso inexistente, o que, segundo ele, já justificaria que o projeto ficasse sobre a mesa para correção. Sobre os professores, criticou o fato de terem que optar entre o adicional de assiduidade atual e o vale-refeição, além do desconto de dez por cento que reduzia o valor para duzentos e setenta reais. Considerava o valor baixo em comparação com municípios vizinhos e avaliava que a medida não resolveria os problemas do comércio local. Concluiu defendendo que o projeto fosse melhor analisado e ajustado, afirmando que, da forma como estava, poderia gerar mais problemas do que benefícios. A Vereador DJENIFER, manifestou apoio à criação do vale-alimentação, destacando que era uma demanda antiga dos servidores públicos e que já havia sido solicitada anteriormente por colegas vereadores. Disse que reconhecia que o benefício era aguardado e importante para o funcionalismo, no entanto, precisava apontar algumas críticas ao projeto, especialmente quanto ao tratamento dado ao magistério. Salientou que os professores precisam optar entre benefícios, o que poderia gerar perdas financeiras, e considerava injusto o desconto de dez por cento em folha para receber o vale, reduzindo o valor de trezentos reais para duzentos e setenta reais. Questionou a lógica de o servidor “pagar para receber” um auxílio. Mencionou que, mesmo com emenda corrigindo um erro técnico no texto, permaneciam problemas estruturais no projeto. Defendeu que o vale fosse pago por dia trabalhado, como ocorria em municípios vizinhos, e pediu que o projeto ficasse sobre a mesa para ser reavaliado e ajustado, garantindo tratamento igualitário e mais justo a todos os servidores. Ressaltou que os salários do funcionalismo municipal estariam defasados e que o benefício, da forma proposta, não resolveria o problema da valorização dos servidores. O Vereador FERNANDO, disse que o vale-

alimentação foi muito esperado e que sua implantação estaria cumprindo uma promessa do Executivo, embora houvessem aspectos que poderiam ser ajustados, o magistério não estaria desmerecido, já que estaria incluído no projeto. Destaca que era natural haver críticas e discussões, especialmente da oposição, mas que o importante era que o benefício finalmente estaria sendo implementado, mesmo que não fosse na forma ideal. disse que os vereadores cobraram o Executivo e agradecia pelo avanço do projeto. O Vereador MAURICIO, parabenizou o Executivo pelo envio do projeto do vale-alimentação, reconhecendo que era uma medida importante para valorizar o funcionalismo, especialmente após anos de defasagem salarial. Apontou ressalvas, principalmente em relação ao magistério, que poderia ser tratado de forma mais justa e igualitária. Defendeu que, se houvesse oportunidade de aprimorar o projeto, ele deveria ficar sobre a mesa para ajustes; caso contrário, votaria a favor da aprovação para que o benefício fosse concedido imediatamente. Ressaltou que, para categorias com salários mais baixos, como serviços gerais, o vale de duzentos e setenta reais era relevante e necessário, reforçando a importância do auxílio para todos os colaboradores. O Vereador ROZINALDO, após cumprimentos destacou a importância de coragem e responsabilidade no trabalho legislativo. Falou sobre decisões difíceis, como a aprovação do vale-alimentação de duzentos e setenta reais, que poderia deixar alguns professores chateados, mas afirmou que era necessário aprovar o projeto para que o benefício fosse concedido imediatamente, evitando mais um ano de promessas não cumpridas. Ressaltou que melhorias futuras poderiam ser negociadas com o Executivo, citando exemplos de ajustes salariais que ainda eram insuficientes. Disse que o foco era agir de forma prática, dialogando com todos os envolvidos e aprovando o projeto, mesmo que houvessem críticas da oposição. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação a Emenda Modificativa ao Projeto 06/2026 – Modifica a redação do inciso IV do Art.6º do Projeto de Lei n.º 06/2026, sendo aprovada por unanimidade. Foi colocado em votação para o Projeto 06/2026 FICAR SOBRE A MESA, sendo reprovado por 5x4 votos, com votos contrários dos Vereadores FERNANDO, JOSÉ MAURI, JORGE, NERI e ROZINALDO. Em votação o Projeto de Lei n.º 06/2026 foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei n.º 007/2026 - Altera as Leis Municipais n.º 3.578/2025 e n.º 3.576/2025, que Autorizam o Poder Executivo Municipal a contratar pessoal em caráter emergencial para as funções de serviços gerais e operador de máquina. A Vereadora ANITA falou sobre o Projeto apresentando críticas, considerando-o um retrabalho, pois já havia sido discutido e publicado em 23 de dezembro de 2025, sendo reapresentado apenas com alterações numéricas com aumento de vagas para serviços gerais e operadores de máquina. Questionou a eficiência e o planejamento do projeto, afirmando que as solicitações de servidores emergenciais geravam custos elevados aos concursados, principalmente em relação a previdência. Alegou que o aumento da demanda apresentado como justificativa não condizia com a realidade do município e concluiu que, do seu ponto de vista, o projeto não se justificava e deveria ser rejeitado. O Vereador DECIO criticou fortemente o uso de seletivas para contratação de servidores, argumentando que o projeto cria um número excessivo de vagas emergenciais, somando cento e vinte e sete, até o momento, sem planejamento eficiente, e que isso prejudicava os servidores concursados e o futuro da “caixinha” de benefícios. Disse que os salários baixos, perseguições políticas e falta de concursos públicos contribuía para a saída de funcionários e que a seletiva acabava sendo um “trampolim” para outros municípios, onde os candidatos buscavam melhores condições. Defendeu que a qualificação e melhoria dos serviços públicos só aconteceria com valorização, incentivos, diálogo e respeito, não com contratações emergenciais repetidas. Afirmou que era contra esse modelo de seletivas e alertou que decisões assim teriam custos para o município e para os vereadores no futuro. O Vereador MAURI, após os cumprimentos falou sobre o Projeto e que acompanhava o serviço no Parque de Máquinas, citando

o grande número de cobranças e pedidos na Secretaria, salientando a importância de ajudar os colonos que já estariam enfrentando muitas dificuldades. Pediu a aprovação do Projeto para possibilitar atender melhor o agricultor, ajudar quando precisar, e ter estradas melhores. Disse que como Vereadores teriam cobrado do prefeito a realização do concurso público, e Ele teria prometido de fazer esse ano. Iriam aprovar o Projeto, considerando que o Prefeito teria prometido a realização de concurso público e a grande demanda de serviços que tinha para atender a comunidade. A Vereadora DJENIFER falou sobre a importância do concurso público questionando quando seria realmente realizado. Criticou o uso frequente de contratações emergenciais, destacando que já foram realizadas dezenas de contratações neste e no ano anterior, muitas das quais não eram realmente emergenciais. Argumentou que esse modelo não era sustentável, prejudicava a valorização e a confiança dos servidores públicos e não substituíam a necessidade de concursos públicos bem planejados. Salientou que outras cidades conseguiam realizar concursos de forma organizada e questionava por que o município de Humaitá não conseguia. Disse que para garantir eficiência, transparência e respeito à “caixinha” do servidor, as contratações deveriam ser feitas de maneira planejada, priorizando concursos públicos e limitando contratações emergenciais apenas aos casos realmente urgentes, como a substituição de professores em sala de aula por motivos de saúde. O Vereador JORGE falou sobre o Projeto 007/2026, que ampliava contratações de serviços gerais e operadores de máquina, argumentando que essas vagas eram essenciais para atender demandas reais da população, especialmente no início do ano, quando havia falta de pessoal nas secretarias. Salientou que os serviços gerais eram fundamentais para o funcionamento de escolas, unidades de saúde e prédios públicos, e que a ausência de funcionários comprometia a qualidade do atendimento à comunidade. Disse que essas contratações não representam aumento de estrutura ou gasto desnecessário, mas substituições temporárias para suprir afastamentos e licenças. Além disso, reforçou que o Executivo se comprometeu a realizar concursos públicos ainda este ano, garantindo soluções mais permanentes no futuro. O Vereador FERNANDO, falou da necessidade de contratar operadores e funcionários para a Prefeitura, destacando que, sem pessoal suficiente, a máquina pública não funcionava adequadamente. Relatou situações críticas, como falta de operadores para máquinas e grande demanda de trabalho, e reforçou que a população cobrava resultados. Disse que os salários poderiam ser melhores, mas que ninguém era obrigado a permanecer em um cargo se houvesse oportunidade melhor, reforçando a importância de contratações temporárias enquanto o concurso público não era realizado. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por 5x4, com votos contrários dos Vereadores ANITA, DECIO, DJENIFER e MAURICIO. Em discussão o Projeto de Lei nº 008/2026 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder na contratação emergencial de até 06 (seis) serviços de higiene e limpeza para atuação junto à Administração Municipal e dá outras providências. O Vereador DECIO, criticou fortemente as contratações emergenciais contínuas, citando o número de contratados em um ano, enquanto havia concurso público válido que não foi aproveitado, especialmente na área administrativa. Relatou sobre a tentativa de realizar pregão para contratar serviços e da importância de reivindicação de concurso público. Disse que essa prática, de contratações emergenciais era incoerente, prejudicava a qualidade do serviço público e favorecia interesses pessoais ou políticos, em vez de atender às necessidades reais da população, por isso, declarava voto contrário às contratações emergenciais, defendendo que a solução correta seria chamar os aprovados em concursos existentes, realizar novo concurso e manter a coerência na gestão de pessoal. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por 5x4, com votos contrários dos Vereadores ANITA, DECIO, DJENIFER e MAURICIO. Em discussão, o Projeto de Lei nº 009/2026 - Altera a Lei Municipal nº 3.575/2025, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a

proceder na contratação emergencial de até 04 (quatro) professores de educação infantil e anos iniciais para atuação junto ao poder Executivo Municipal. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei nº. 010/2026 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder na contratação emergencial de até 16 (dezesesseis) monitores educacionais para atuarem junto à Secretaria Municipal de Educação. O Vereador DECIO criticou a forma como as contratações de monitores estaria sendo realizada, destacando que a categoria era relativamente nova e deveria ter concursos públicos, não apenas contratações emergenciais ou seletivas. Salientou a necessidade de qualificação mínima para os monitores, para garantir a segurança e a educação das crianças, citando incidentes do ano passado, como exemplo dos riscos da falta de critérios. Falou da necessidade da realização de um concurso público com um número reduzido de vagas, mas com exigência de qualificação adequada, e declarou voto contrário às contratações atuais da forma como estariam sendo conduzidas, para proteger a qualidade da educação e o futuro das crianças no município de Humaitá. O Vereador MAURICIO reforçou que, para a contratação de monitores, deveria haver exigência mínima de qualificação ligada ao magistério, e não apenas o ensino médio. Disse que não era contra a contratação em si, mas que, devido à falta de critérios adequados, seu voto era contrário ao projeto. Além disso, destacou a importância de preservar o “caixinha” da prefeitura, ou seja, os recursos destinados aos servidores, salientando a fala dos colegas, segundo os quais o prefeito Luiz Carlos Sandri teria prometido realizar concurso público ainda no ano de 2026. A Vereadora DJENIFER reforçou a preocupação com a contratação de até 16 monitores para os anos iniciais, salientando que se não houvesse exigência mínima ligada ao magistério, poderiam ocorrer problemas novamente como aconteceu no ano anterior. Disse que cuidar de crianças exigia preparo e atenção, e que o requisito atual do cargo, apenas ensino médio, era insuficiente para garantir qualidade no atendimento. Por isso, declarava voto contrário ao projeto, enfatizando a importância do bem-estar das crianças e da confiança das famílias na escola. A Vereadora ANITA, defendeu que, diante das mudanças na organização escolar e do aumento de alunos que precisavam de acompanhamento especializado, era fundamental garantir monitores educacionais qualificados nas escolas. Disse que não era contra a presença desses profissionais, reconhecendo sua necessidade, mas ressaltou que deveriam ter formação adequada, ou seja, no mínimo curso normal e experiência pedagógica, para atender crianças que precisam de um olhar diferenciado. Apenas garantir que a criança estaria na escola não era suficiente, era preciso assegurar aprendizagem, desenvolvimento e cuidado de qualidade. Citou desafios enfrentados, como professora, com esses alunos. Também criticou o caráter “emergencial” do projeto, pois a contratação poderia durar até dois anos, o que demonstrava que a demanda não era temporária. Para ela, tratava-se de uma necessidade permanente, que deveria ser atendida por meio de concurso público com profissionais qualificados. Disse que defendia essa exigência na qualificação dos profissionais, bem como defendia as crianças, as famílias e a qualidade da educação, posicionando-se contraria a aprovação do projeto nos moldes apresentados. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por 5x4, com votos contrários dos Vereadores ANITA, DECIO, DJENIFER e MAURICIO. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 011/2026 - Altera a Lei Municipal nº 1.409/2022 que Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, cria o respectivo Quadro de Cargos e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por 5x4, com votos contrários dos Vereadores ANITA, DECIO, DJENIFER e MAURICIO. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 012/2026 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder na contratação emergencial de 01 (um) educador físico. O Vereador DECIO, criticou a Gestão Municipal pela constante apresentação de projetos considerados incoerentes e mal planejados. Falou sobre o Projeto nº 011, classificando como

“penduricalhos” os benefícios concedidos a determinados servidores. Apontou falta de coerência ao comparar valores, enquanto profissionais que atuavam diretamente com alunos não recebiam adicionais, outros que trabalham em melhores condições recebiam auxílios maiores. Para ele, havia desigualdade e incoerência nas decisões da administração. Em relação à contratação de um educador físico, manifestou voto favorável por reconhecer a necessidade imediata, já que houve saída de profissional e havia grupos sem atendimento. No entanto, criticou a recorrente contratação por processo seletivo, que gerava alta rotatividade, a solução adequada seria a realização de concurso público, garantindo estabilidade e continuidade do trabalho. Afirmou que tinha dúvidas de que o prefeito realizasse o concurso público e destacou que processos seletivos estariam sendo usados para praticamente todas as categorias. Pediu mais organização, planejamento e realização de concursos públicos para evitar a constante troca de profissionais, que prejudicavam tanto servidores quanto a população atendida. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 013/2026 - Altera a Lei Municipal nº 1.023/1990, que Dispõe sobre os Quadros de Cargos de Funções Públicas do Município, estabelece o Plano de Carreira dos Servidores e dá outras providências. O Vereador DECIO disse que o Projeto 013/2026, era uma das maiores “vergonhas” que já teria visto no Legislativo humaitense. Relembrou que, anteriormente, o Executivo teria tentado contratar uma empresa por meio do pregão 002, mesmo havendo concurso público vigente, mas a iniciativa foi barrada judicialmente. Depois, teria apresentado outro projeto, que era o PL 065/2025, para criar novos cargos comissionados, que também não avançou após reação da população. Em seguida, retornou com nova proposta, que foi o PL 070/2025, reduzindo o número de cargos pretendidos, mas ainda criando seis novos cargos comissionados e mais um secretário, o qual também não teria seguido. Fez questionamentos sobre a necessidade dessas nomeações, argumentando que existia concurso válido e que candidatos poderiam ser chamados com menor custo para o município. Para ele, a criação de cargos comissionados teria finalidade política e representaria um gasto estimado em cerca de dois milhões de reais ao longo de quatro anos. Comparou esse valor com investimentos considerados prioritários, como o projeto técnico da ERS-472, ou então os recursos poderiam ser aplicados em infraestrutura e desenvolvimento econômico, fundamentais para o futuro do município e para evitar o êxodo de moradores. Falou sobre incoerência na gestão, aumento excessivo de cargos comissionados e possível impacto negativo nas finanças municipais. Disse que não votaria favoravelmente ao projeto, por considerá-lo prejudicial ao município. O Vereador JORGE falou do Projeto que previa a criação de cinco cargos em comissão, destacando que a proposta já havia sido apresentada, em duas oportunidades anteriormente, com número maior de cargos, mas não foi aceita naquele momento, pois tinham a preocupação de exigir e também garantir valorização aos servidores efetivos. Como o vale-alimentação foi aprovado, entendia que agora havia condições de apoiar o projeto. Ressaltou que a criação dos cargos não retirava direitos dos servidores nem impedia futuros avanços para o funcionalismo público. Disse que os servidores efetivos eram a base da administração, mas argumentou que organização administrativa e valorização do servidor poderiam caminhar juntas. Segundo ele, os cargos em comissão tinham a função de organizar setores, melhorar a comunicação interna e dar mais eficiência à gestão, sem comprometer os limites legais de despesa com pessoal ou a responsabilidade fiscal. Salientou que já teria apresentado proposta para estudo de reestruturação do quadro e reforçou que a Câmara permanecia aberta à valorização salarial futura dos servidores. Para ele, a medida demonstrava compromisso com a organização da administração e com o bom funcionamento do serviço público. Disse que votaria favoravelmente ao projeto com consciência tranquila, entendendo que a decisão era responsável e visava o interesse do município e da comunidade. O Vereador MAURICIO disse que para a aprovação ao projeto teria ocorrido como

uma espécie de “troca”, condicionada ao envio do projeto do vale-alimentação. Segundo ele, a mensagem passada foi de que, se o vale fosse encaminhado, ainda que com valor considerado baixo, os cargos seriam aprovados. Relembrou que o projeto já havia sido apresentado anteriormente e não foi votado, mas que, após o envio do vale-alimentação, ambos os projetos foram colocados na mesma Sessão. Critica a criação dos novos cargos, chamando-os de “magnatas”, e destaca o impacto financeiro estimado em cerca de dois milhões de reais. O Vereador FERNANDO falou da importância da aprovação do Projeto, considerando que havia necessidade de mais pessoas para dar agilidade à máquina pública e melhorar o atendimento à população. Falou de alguns setores que estariam sobrecarregados e que os novos cargos eram importantes para organizar e fortalecer o funcionamento da administração. Destacou ainda que, segundo ele, as pessoas que ocupariam esses cargos já vinham desempenhando funções no governo e contribuíam significativamente em diferentes secretarias. Disse que o objetivo deveria ser fazer a administração funcionar bem e atender melhor a comunidade. Salientou que considerava o projeto necessário e de grande importância para o município. A Vereadora DJENIFER, falou sobre o Projeto e questionou a justificativa do mesmo, na qual afirmava que os cargos seguiam critérios técnicos e não tinham finalidade política. Para ela, isso era contraditório, pois cargos em comissão eram, por definição, cargos de confiança e, portanto, de natureza política. Embora reconhecia que o Executivo precisasse de cargos de confiança, considerava excessivo o aumento no número total, passando de quarenta e seis para cinquenta e um cargos. Também falou sobre o impacto financeiro estimado em cerca de dois milhões de reais, argumentando que haviam outras prioridades no município, como melhorias nas escolas, merenda e serviços básicos. Defendeu que, se havia deficiência na estrutura administrativa, a solução deveria ser a realização de concurso público para garantir profissionais qualificados e continuidade no atendimento à população. Citou como exemplo a área da saúde, afirmando que setores como o de agendamento deveriam ser ocupados por servidores concursados, evitando desorganização a cada troca de governo. Também questionou altos salários para cargos comissionados com baixa exigência de escolaridade. Falou que a bancada do MDB era minoria e não conseguia barrar os projetos, mas ressaltou a importância de informar a comunidade, defendendo que a população acompanhasse as decisões e agisse com consciência no futuro. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por 5x4, com votos contrários dos Vereadores ANITA, DECIO, DJENIFER e MAURICIO. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 014/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 93.247,00, oriundos do Fundo Nacional de Saúde e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 015/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 92.570,00, oriundos do Fundo Nacional de Saúde e dá outras providências. O Vereador ROZINALDO falou sobre a destinação de emenda, citando o Deputado que destinou e dizendo que seria para a compra de equipamentos para o postinho na Vila Jardim. Falou que era uma demanda antiga, com o objetivo de melhorar o atendimento às crianças, idosos e moradores dos bairros e vilas, aproximando os serviços da comunidade e facilitando o acesso. Salientou seu compromisso em buscar recursos para o município, visando atender principalmente as pessoas que mais precisavam. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 016/2026 - Dispõe sobre a reabertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 50.412,15, oriundos do Ministério da Cultura e dá outras providências. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 017/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 238.750,00, oriundos do Ministério da Agricultura e Pecuária e dá outras providências. O Vereador DECIO, fez esclarecimentos à

população sobre o significado de abertura de crédito adicional especial e suplementar, explicando que o crédito adicional especial se referia a recursos que vinham de fora do município para incrementar o orçamento municipal. Falou sobre o valor da emenda, citando o Senador que a destinou e a finalidade da mesma. Reforçou que votaria favoravelmente ao projeto por se tratar de recursos externos que fortaleciam o orçamento e beneficiavam o município. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 018/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 47.500,00, oriundos da Secretaria Estadual de Trabalho e Desenvolvimento Profissional e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 019/2026 - Dispõe sobre a reabertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 303.639,36, oriundos da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 020/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 210.300,05, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 021/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 33.339,62, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 022/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.099.073,47, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 023/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 184.542,85, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 024/2026 - Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 270.000,00, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 025/2026 - Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 86.533,63, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 026/2026 - Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 86.363,48, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 027/2026 - Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 302.071,62, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 028/2026 - Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 193.117,90, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 029/2026 - Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 617.580,60, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 030/2026 - Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 86.394,49, oriundos de superavit financeiro e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº. 031/2026 - Autoriza o Poder Executivo municipal a repassar auxílio financeiro ao Centro de Tradições Gaúchas Epopeia Farrroupilha e dá outras providências. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação e

aprovado por unanimidade. Em discussão, o Projeto de Lei nº 032/2026 - Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 396.000,00, oriundos do Ministério da Fazenda e dá outras providências. A Vereadora DJENIFER falou sobre o texto do Projeto que previa a abertura de crédito adicional especial e apontou divergência no texto em relação aos valores, sendo que o valor indicado na ementa e o valor constante na rubrica eram diferentes. Diante disso, pediu que o projeto fosse colocado sobre a mesa para que a realização da correção do valor antes da votação, garantindo que os números estejam corretos. Ninguém mais se manifestando foi colocado em votação para o Projeto ficar sobre a mesa e foi aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei nº 033/2026 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder na contratação emergencial de 01 (um) professor de atendimento educacional especializado, para atuação junto ao Poder Executivo Municipal. Ninguém se manifestando foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em discussão, o PARECER PRÉVIO DO TCE PARA O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2023. Ninguém se manifestando foi colocado em votação para passar a Comissão de Estudos e Pareceres e foi aprovado por unanimidade. Em discussão, a PROPOSIÇÃO N.º 01/2026 encaminhada pelos Vereadores FERNANDO GATTERMANN, JORGE DE LIMA, JOSÉ MAURI CHASSOT, NERI MODESTO e ROZINALDO B. BONAS DOS SANTOS - Propõe ao Poder Executivo Municipal, por meio do setor competente, a construção de calçada (passeio público) no entorno da área recentemente adquirida pelo Município, situada na Vila Jardim, entre a Avenida João Pessoa e a Rua Nilo Peçanha, garantindo condições adequadas de acessibilidade, segurança e mobilidade aos pedestres. O Vereador ROZINALDO justificou a Proposição explicando sobre o local que estariam solicitando a construção de calçada e solicitou o apoio dos colegas vereadores, destacando que o objetivo era promover melhorias para o município. Ninguém mais se manifestando foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Em discussão, a PROPOSIÇÃO N.º 02/2026 encaminhada pelo Vereador JORGE LUIS DE LIMA - Propõe ao Poder Executivo Municipal, a elaboração e encaminhamento a esta Casa Legislativa, Projeto de Lei visando adequar a legislação municipal ao disposto no art. 198, §§ 7º a 11º, da Constituição Federal, incluídos pela Emenda Constitucional nº 120/2022, a qual instituiu o piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), bem como as demais garantias constitucionais previstas. O Vereador JORGE falou sobre a Proposição e a Lei Federal que fixava os Salários dos Agentes de Saúde, salientando a importância da regularização para garantir segurança jurídica aos servidores, adequar o plano de cargos e salários à Constituição, evitar passivos trabalhistas futuros, organizar corretamente a folha de pagamento e os repasses federais e valorizar os profissionais da atenção primária, como agentes comunitários de saúde e agentes de combate à anemia, que faziam prevenção e acompanhamento de gestantes, idosos e crianças. Pediu apoio dos vereadores para pressionar o Executivo a enviar rapidamente o projeto de lei, ressaltando sua importância para a saúde pública e o respeito aos direitos dos profissionais. O Vereador ROZINALDO falou da importância de aprovarem a proposição e regulamentar os salários dos agentes de saúde. Falou sobre experiências passadas em que as profissionais enfrentaram dificuldades e falta de direitos, inclusive destacando reuniões para ouvir suas demandas. Falou sobre o papel dos vereadores em defender os trabalhadores, garantindo que os direitos fossem respeitados. Ninguém mais se manifestando foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Passando as EXPLICAÇÕES PESSOAIS, o Vereador DECIO fez um resumo de diversos projetos e proposições em tramitação durante essa Sessão, sobre as Agentes de saúde, falou de se apoio à luta pela implementação do piso nacional, reconhecendo a dificuldade em obter o pagamento do salário correto e reforçando que teriam apoio dos vereadores. Quanto a Proposição nº 01, sugeriu que se aguardasse a construção de

obras, como o Centro-Dia e depois realizar a obra dos passeios para evitar desperdício de recursos e danos durante a execução. Falou sobre valores aprovados e destinação dos mesmos. Fez alguns relatos de questões pessoais e relação a vídeos e ataques pessoais na internet, defendendo que a comunidade não se preocupasse com boatos sobre sua vida privada e dizendo que não se deixava abalar por tentativas de prejudicar sua reputação. O Vereador FERNANDO falou e convidou a população para o baile de aniversário do município no dia 28 de fevereiro, com bandas e animação, da mesma maneira salientou a Festa Campeira do CTG Epopéia Farroupilha, salientando data, programação e o apoio financeiro concedido pelo Município. Falou sobre os Projetos que tratavam de recursos para encascalhamento, calçamento e melhorias. Falou sobre a importância da infraestrutura pronta para viabilizar projetos habitacionais e outros investimentos, citando a perda de um projeto federal de vinte casas devido à falta de estrutura adequada. Salientou a necessidade de buscarem emendas parlamentares para viabilizar os projetos e do trabalho em conjunto com a administração Municipal. O Vereador NERI, após os cumprimentos destacou a aprovação de recursos estaduais e federais para obras, como a praça em frente ao Aconchego e melhorias no posto de saúde, e ressaltou a necessidade de fiscalização de vazamentos de água e se tomar uma atitude em relação a isso. Sobre as estradas disse que ainda tinham estradas ruins, mas a maioria já estava boa, e estariam trabalhando pra que isso acontecesse. Quando tinha coisa ruim criticavam, e quando tinha coisa boa teriam que elogiar. Falou sobre situações de perseguição políticas. Relatou sobre sua opinião de terceirizar serviços públicos e assim terminava essa questão dos CCs e contratações, resolvendo diversos problemas. Questionou sobre o concurso público e vagas para monitor, as quais poderiam não ser sempre o mesmo número e poderiam sobrar profissionais com o tempo. O Vereador DÉCIO disse que já haviam providenciado uma emenda para custear o projeto técnico da RSC 472, mas o prefeito não aceitava dialogar e nem demonstrava interesse em executar o projeto. Diante disso, a emenda teria sido realocada. Disse que lançaria um desafio se o prefeito realizasse o projeto técnico da 472, eles buscariam emendas para viabilizar a obra. Apresentou críticas à gestão atual, mencionando suspeitas de má administração, perseguição política e situações envolvendo servidores públicos, como restrições consideradas injustas no ambiente de trabalho. Ele também comentou que a população estaria mais atenta e cobrando mais dos gestores. Ninguém mais se manifestando, em nome de Deus, encerrou-se a Sessão às 23 horas e 50 minutos. Câmara Municipal de Vereadores, 18 de fevereiro de 2026.

JORGE LUIS DE LIMA
Presidente

NERI MODESTO
Secretário